



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE-RO

EDITAL Nº 01, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

CONSULTOR LEGISLATIVO

## ASSESSORAMENTO EM ORÇAMENTO

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA  
TIPO 1 (BRANCA)



### SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e as folhas de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos.**
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e nas folhas de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa prova!**

## MÓDULO I

### Língua Portuguesa

#### 1

Todas as frases abaixo mostram um substantivo e um adjetivo sublinhados, sendo que o adjetivo não pertence à mesma família etimológica do substantivo e é considerado culto.

A opção em que o adjetivo não corresponde semanticamente ao substantivo, é:

- (A) Com problemas nos ouvidos, é necessário procurar de imediato um médico otorrino.
- (B) Um dos aspectos mais agradáveis das paisagens são as cores, pois os tons cromáticos são mais sensíveis.
- (C) As cabras produzem muito leite que é empregado na produção de queijos caprinos.
- (D) Ter uma casa de campo é um sonho de muita gente, mas as casas camponesas dão muita preocupação e trabalho.
- (E) Os crimes contra as mulheres estão mais visíveis hoje e, por isso, muito se fala em crimes feminicidas.

#### 2

As frases a seguir mostram um termo sublinhado que foi substituído por um adjetivo.

Assinale a única frase em que o adjetivo tem significado equivalente ao termo original sublinhado.

- (A) “As mulheres dos outros candidatos ao governo do Estado de São Paulo são simplesmente esposas, mas eu não.” (Marta Suplicy) / paulistano.
- (B) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne) / alheia.
- (C) “A ignorância é a maior multinacional do mundo.” (Paulo Francis) / geral.
- (D) “Viver é raciocinar. E o raciocínio é o supremo bem da vida. Quem raciocina não sofre.” (Joracy Camargo) / vitalício.
- (E) “O espírito de um homem é a sabedoria de muitos.” (Lord John Russel) / humanístico.

#### 3

As frases a seguir utilizam o verbo *ter* em lugar de outro de significado mais específico. Assinale aquela em que essa substituição é feita de forma adequada.

- (A) Antes da pandemia, todos os políticos tinham uma saúde invejável. / gozavam de.
- (B) Em função da economia mundial, os negócios têm um mau momento. / desenvolvem.
- (C) Alguns idosos, esquecidos pelas famílias, têm uma vida muito triste. / mostram.
- (D) O gerente não queria ter a responsabilidade de despedir tantos empregados. / desempenhar.
- (E) O consumo de drogas tem problemas muito graves para a saúde. / propicia.

#### 4

As opções a seguir mostram orações adjetivas sublinhadas. Assinale aquela opção em que houve uma substituição adequada de uma oração por um adjetivo equivalente.

- (A) Os livros que não li ocupam a maior parte de minha biblioteca. (O Pasquim) / ilegíveis.
- (B) Quando você é mais jovem, as pessoas os culpam por crimes que você nunca cometeu. Quando é mais velho, começam a lhe atribuir virtudes que você jamais possuiu. (I. F. Stone) / inexistentes.
- (C) Ninguém que tenha pressa é realmente civilizado. (Will Durant) / rápido.
- (D) O maior delito é o suicídio, porque é o único que não permite arrependimento. (Alexandre Dumas) / incontornável.
- (E) Toda idade tem seus frutos; o que falta é saber recolhê-los. (Raymond Radiguet) / faltoso.

#### 5

Nas opções a seguir, há termos destacados que são referidos de forma diferente na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa segunda referência não é feita por um pronome pessoal.

- (A) O telescópio restringiu a imagem do mundo, o microscópio ampliou-a. (Chesterton)
- (B) Não há nada que atrapalhe mais o conhecimento científico do que o desejo de que ele aconteça rápido demais. (Georg C. Lichtenberg)
- (C) Preparar em primeiro lugar o molho de carne, o que requer bastante tempo. (Livro de cozinha)
- (D) Os homens se fascinam pela nova tecnologia mesmo se não sabem para que a querem. (Oliver Strimpel)
- (E) Computadores não servem para nada. Eles só podem lhe dar respostas. (Pablo Picasso)

#### 6

Nas opções a seguir, há termos destacados que são referidos de forma diferente na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa segunda referência é feita por uma expressão nominal.

- (A) “Não há acaso no governo das coisas humanas, e a fortuna é apenas uma palavra que não tem sentido nenhum.” (Bossuet)
- (B) “Não é opinativa a acepção das palavras cujo sentido se acha formado pelo uso universal dos escritores...” (Rui Barbosa)
- (C) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bonfim)
- (D) “O açúcar seria caro demais se não se fizesse cultivar a planta que o produz por escravos.” (Montesquieu)
- (E) “A adolescência é magnífica, pena que essa idade dos sonhos dure pouco.” (Paulo Mendes Campos)

7

Nas frases a seguir, há um termo sublinhado que foi substituído, na sequência da frase, por um hiperônimo, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A abelha vive fazendo cera. Então, como é que esse inseto consegue ser a imagem do labor incessante? (Eno T. Wanke)
- (B) Nunca roubes: desse modo nunca terás sorte nos negócios. Procura ludibriar apenas. (Ambrose Bierce)
- (C) As sociedades modernas parecem-me orgulhar-se demais da abolição da escravidão. Na verdade, essa reforma tão gabada limita-se até agora a uma delicada oratória." (Marquês de Custine)
- (D) A escola havia recomendado a leitura de Os Sertões, mas a obra não foi encontrada nas livrarias do bairro.
- (E) O Poderoso Chefão foi um grande sucesso de bilheteria, mas o filme não é elogiado por todos.

8

Assinale a frase, retirada do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que apresenta um erro gráfico na forma da palavra sublinhada.

- (A) "A multidão poupara-lhe o indagar torturante acerca do próprio estado emotivo, o esforço dessas interrogativas angustiosas e dessa intuspecção delirante..."
- (B) "Aceito o alvitre, o infeliz, cavalcando e afastando-se cerca de meia légua, torceu depois de rédeas, tornando, furtivamente, por desfrequentados desvios, para uma espera adrede escolhida, de onde pudesse observar bem e agir de pronto."
- (C) "Canudos, velha fazenda de gado à beira do Vaza-Barris, era, em 1890, uma tapera de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique."
- (D) "Apesar disto correu em paz até o quarto dia, e concorridíssima: cerca de cinco mil assistentes, entre os quais todos os homens válidos se destacavam."
- (E) "Durante acerca de uma hora os combatentes que contemplavam a refrega, no alto das colinas circunjacentes, nada mais distinguiram..."

9

As frases a seguir foram retiradas do livro *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

Assinale a frase que mostra um erro gráfico na palavra sublinhada.

- (A) "Assentado à sombra de uma rocha que formava um promontóriozinho do lado do sul, lancei os olhos em volta até onde se descobria o horizonte."
- (B) "Oh, quantas vezes esse pensamento repugnante me tem feito vaguear louco pelas montanhas, uivando como o lobo esfaimado e tentando despedaçar os rochedos com as mãos, donde me goteja o sangue!"
- (C) "Parado sobre a face da terra, o ar era semelhante ao lençol do finado a quem recalçaram a gleba que o cobre, frio, úmido, pesado, sem ranger, sem o movimento, cosido sobre o peito, onde acabou o bater do coração e o arfar compassado dos pulmões."
- (D) "Parando no topo de uma penedia, donde se divisava ao redor quase toda a montanha, vi centenas de facho que vacilavam, correndo tortuosamente pelas ladeiras, sumindo-se, tornando a aparecer, retrocedendo."
- (E) "De Melária, aonde me escondi com grande número dos moradores de Carteia e dos seus arredores, continuarei as minhas correrias noturnas para as bandas do Calpe, com os homens mais ousados que quiserem acompanhar-me..."

10

Assinale o segmento textual que é classificado como de tipo textual normativo.

- (A) Alerta: tempestades com vento de 100 km/h podem atingir 4 estados neste domingo.
- (B) O mercado de carros elétricos no Brasil está em plena expansão, oferecendo aos aposentados uma oportunidade única de adotar veículos que combinam economia e eficiência energética.
- (C) Moradores do prédio não podem ter animais domésticos em seus apartamentos sob pena de multa.
- (D) Com o crescimento do mercado de carros elétricos no Brasil, aposentados têm à disposição uma variedade de modelos que combinam economia, conforto e segurança.
- (E) Brasil vence com facilidade, derruba invencibilidade de Senegal e acha formação ideal.

11

Assinale o segmento textual que é classificado como de tipo textual informativo.

- (A) Cirurgião alerta sobre sintoma inesperado que pode indicar câncer grave.
- (B) Fóssil de réptil de 240 milhões de anos descoberto no Brasil lança nova luz sobre as origens dos crocodilos.
- (C) Entre os modelos mais acessíveis, o Renault Kwid E-Tech se destaca como o carro elétrico mais barato do Brasil em 2025, com um preço inicial de R\$ 99.990,00.
- (D) Sandália Masculina em Couro Legítimo com Sistema de Conforto Avançado. Desenvolvida para quem passa longas horas em pé e busca conforto excepcional sem abrir mão da qualidade e durabilidade.
- (E) Diabetes é uma das doenças mais diagnosticadas no mundo. Os sinais de alerta, porém, podem ser tão leves que quase ninguém percebe. Por isso, é importante ficar de olho em coisas como coceira, frequência que vai ao banheiro, ganho ou perda de peso e muitos outros.

12

Observe o fragmento a seguir, particularmente o emprego do verbo "abaixar":

"— Porém — disse trêmula e sem levantar os olhos Rosalina — ele me quer tanto! E eu estou tão afeita a vê-lo... — e abaixando mais a voz, quase a falar consigo, continuava — que era um bom moço, trabalhador, e que tudo era para bem, ele queria esposá-la, que..." (Aluísio Azevedo)

Assinale a opção, retirada de um dicionário, que indica claramente o significado do verbo "abaixar" na frase dada.

- (A) Tornar baixo ou mais baixo.
- (B) Fazer descer ou passar de um lugar, posição ou nível para outro menos elevado.
- (C) Assentar, descer lentamente ao chão ou a qualquer superfície.
- (D) Tornar menor ou diminuir de valor, intensidade, grau ou quantidade.
- (E) Direcionar-se para baixo, inclinar-se, curvar-se.

13

Assinale a frase em que o termo sublinhado corresponde a um particípio e não a um adjetivo.

- (A) “Venha! O senhor será sempre recebido de braços abertos nesta casa;” (Aluísio Azevedo)
- (B) “...ora topava um pedaço de madeira enterrado na areia, ora dava com alguns destroços do leme ou do casco, e, à proporção que os ia descobrindo, atirava-os à boca aberta do mar, como um domador que, depois de dar de comer à fera, ajunta-lhe ainda as migalhas caídas por fora da jaula.” (Aluísio Azevedo)
- (C) “O velho roncava estas palavras na posição da fera que arma o pulo. Firmado nas plantas, com as mãos abertas como duas garras, encarava feroz Miguel, como suspenso à espera da resposta suprema.” (Aluísio Azevedo)
- (D) “Como os mais vestia um jaquetão de veludo com mangas compridas e abotoadas, calções justos e claros, enfeitados de fitas na junção com a meia listrada, camisa de lã, aberta pelo vento, no pescoço.” (Aluísio Azevedo)
- (E) “– Então! Senhor Miguel! Não temos hoje leitura? – perguntou Ângela, colocando a mão aberta sobre os olhos para poder enxergar o interrogado.” (Aluísio Azevedo)

14

Observe a seguinte descrição, de um personagem de um romance do século passado:

“Ronaldo era um velhinho de setenta e seis anos, vivo, alegre, magro, seco, da cor de couro velho, enrugado como um pergaminho, e o conjunto de sua imagem lembrava, sem que se soubesse exatamente por quê, a silhueta de um abutre de tamanho natural; ainda que, segundo outros, parecesse mais uma coruja encolhida e sem penas. Tinha sem dúvida muito de pássaro na figura e nos gestos.”

Assinale a afirmativa correta sobre a estrutura descritiva desse pequeno texto.

- (A) A descrição se limita a dados físicos do personagem, principalmente em seu aspecto global.
- (B) Os dados fornecidos do personagem são indicados na direção de cima para baixo.
- (C) O aspecto do personagem é descrito com a ajuda de comparações.
- (D) O observador descreve o personagem a partir do todo para as partes.
- (E) A descrição é feita de modo a destacar dados delicados do personagem, daí as semelhanças com pássaros.

15

Observe o seguinte segmento textual:

“Ao lado da loja de queijos havia uma oficina mecânica e uma loja de doces. Tanto a oficina, como a loja estavam recebendo o pó que se levantava da demolição do prédio da esquina, mas aquela, não estava previsto fechá-la até o fim do ano.”

A afirmação incorreta sobre a estruturação desse texto é:

- (A) A expressão “uma oficina mecânica” mostra um artigo indefinido porque é a primeira vez que é mencionada.
- (B) A segunda vez em que a oficina é mencionada, é precedida de um artigo definido, por já ser uma realidade conhecida.
- (C) Do mesmo modo, o pronome pessoal “la” também se refere a essa mesma realidade já conhecida.
- (D) O demonstrativo “aquela” se refere ao substantivo “loja”, presente nos segmentos anteriores.
- (E) Tanto o pronome pessoal “la” como o demonstrativo “aquela” e a expressão “a oficina” levam o leitor a identificar um elemento textual já conhecido.

16

Observe o seguinte segmento textual:

“A pousada da praça da cidade recebe os hóspedes em uma portaria sem ornamentos, da qual surge um corredor que leva diretamente aos quartos. O corredor é decorado com antigas obras de arte.”

Assinale a afirmativa correta sobre sua estruturação.

- (A) O termo “corredor” aparece com artigo definido por já ter sido mencionado antes.
- (B) O termo “pousada” é repetido, na continuidade do texto, pelo pronome relativo “da qual”.
- (C) O termo “pousada” deveria ser escrito com artigo indefinido, por ser pela primeira vez mencionado.
- (D) O substantivo “hóspedes” é acompanhado de artigo definido por já ter sido mencionado antes.
- (E) Do mesmo modo, o substantivo “quartos” mostra artigo definido por erro do autor.

17

Assinale a frase que apresenta problema de referência do termo sublinhado.

- (A) É comum que, a cada semana, apareçam notícias de descobrimento de novos túmulos egípcios.
- (B) Quando li pela primeira vez o romance *Grande Sertão: Veredas*, emocionei-me bastante com a leitura.
- (C) De acordo com os documentos disponíveis, as mulheres eram mais visíveis nos centros, enquanto no mundo rural, parece ter havido predomínio de mulheres viúvas.
- (D) As notícias sobre a política nacional são, a cada dia, mais inquietantes.
- (E) Os jornais desapareceram das bancas, elas mesmas também em extinção, em função das redes sociais.

18

Observe o seguinte segmento textual:

“Clara Malraux conheceu André Malraux quando este tinha 19 anos. De inteligência precoce, mentalidade inquieta e origem humilde, aquele voluntarioso autodidata ficou surpreso com aquela moça judia, independente e provocativa, além de culta, e se apaixonaram.”

Assinale a afirmativa correta sobre sua estruturação.

- (A) Os nomes próprios do texto aparecem sem identificação, o que mostra uma falha na escrita do texto.
- (B) O pronome demonstrativo “este” se refere ao primeiro dos nomes próprios citados.
- (C) Uma das razões para o emprego de “aquele” em “aquele voluntarioso autodidata” é a distância temporal.
- (D) O termo “De inteligência precoce”, na situação textual em que está, só pode referir-se a André Malraux.
- (E) O texto tem a preocupação de mostrar somente a razão de André Malraux apaixonar-se por Clara, mas não a razão de esta apaixonar-se por ele.

## Raciocínio Lógico Matemático

**19**

Considere a sentença:

“Gilmar é médico e não fará o exame”.

A negação dessa sentença é:

- (A) Gilmar não é médico e não fará o exame.
- (B) Gilmar não é médico e fará o exame.
- (C) Se Gilmar não é médico, então fará o exame.
- (D) Gilmar não é médico ou fará o exame.
- (E) Gilmar é médico ou não fará o exame.

**20**

Um grupo é formado por 9 crianças, das quais 3 estão com camiseta branca, 3 estão com camiseta amarela e 3 estão com camiseta verde. Três crianças desse grupo são escolhidas ao acaso. A probabilidade de que as crianças escolhidas tenham camisetas de cores todas diferentes é, aproximadamente, de

- (A) 24%.
- (B) 28%.
- (C) 32%.
- (D) 36%.
- (E) 40%.

**21**

Em uma feira, abacates, abacaxis e melancias são vendidos por unidade. Todas as frutas do mesmo tipo têm mesmo preço.

Sabe-se que nessa feira:

- 3 abacates, 7 abacaxis e 1 melancia custam 139 reais;
- 4 abacates, 10 abacaxis e 1 melancia custam 184 reais.

O preço de 1 abacate, 1 abacaxi e 1 melancia é de

- (A) 41 reais.
- (B) 44 reais.
- (C) 45 reais.
- (D) 47 reais.
- (E) 49 reais.

**22**

Seja  $M$  um subconjunto de  $\{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10\}$  com 5 elementos tal que, se  $x$  e  $y$  são elementos de  $M$  com  $x < y$ , então  $y$  não é múltiplo de  $x$ .

O menor elemento possível de  $M$  é o

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

**23**

Em uma caixa, há 4 bolas numeradas 1, 2, 3 e 4. Sorteiam-se bolas em sequência e sem reposição, até que a soma dos números das bolas sorteadas seja maior do que 3.

A probabilidade de que seja necessário sortear 3 bolas é igual a

- (A)  $1/12$ .
- (B)  $1/6$ .
- (C)  $1/4$ .
- (D)  $1/3$ .
- (E)  $1/2$ .

**24**

Considere a sentença “Se a borracha é vermelha e o lápis é preto, então o caderno é azul”.

Uma sentença logicamente equivalente a essa é

- (A) Se a borracha é vermelha, então o lápis não é preto ou o caderno é azul.
- (B) Se a borracha não é vermelha ou o lápis não é preto, então o caderno não é azul.
- (C) Se o caderno não é azul, então a borracha não é vermelha e o lápis não é preto.
- (D) Se o caderno não é azul, então a borracha é vermelha ou o lápis é preto.
- (E) Se a borracha é vermelha, então o lápis é preto e o caderno é azul.

## Legislação Específica

**25**

Determinado servidor público da Administração Pública estadual, ocupante de cargo de provimento efetivo, é investigado por órgão interno em razão da possível prática de ato de improbidade administrativa que consubstanciaria enriquecimento ilícito.

De acordo com a portaria inaugural, existiriam indícios da prática voluntária da conduta, finalisticamente direcionada à obtenção de vantagem indevida.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

- (A) as sanções previstas nesse diploma normativo devem ser aplicadas por autoridade judicial, logo, a investigação não poderia ser instaurada no plano administrativo.
- (B) as sanções previstas nesse diploma normativo podem eventualmente ser aplicadas por autoridade judicial, logo, a investigação foi regularmente instaurada no plano administrativo.
- (C) a instrução probatória, para que conclua pela ocorrência do ato de improbidade administrativa, deve demonstrar o voluntarismo do agir, mas não necessariamente o especial fim de obter o enriquecimento ilícito.
- (D) a conduta atribuída ao servidor, para que configure ato de improbidade administrativa que consubstancia enriquecimento ilícito, não precisa ser enquadrada em um dos incisos do Art. 9º da Lei nº 8.429/1992.
- (E) a conclusão do processo administrativo, no sentido de que o servidor público praticou ato de improbidade administrativa, configura condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação que busque a aplicação das respectivas sanções.

**26**

João requereu o acesso a informações contidas em documentos produzidos por certa estrutura orgânica da Administração Pública estadual, concernentes a determinado projeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Ao analisar o teor do requerimento, a estrutura orgânica concluiu corretamente, à luz do disposto na Lei nº 12.527/2011, que a referida informação

- (A) somente pode ser acessada caso João demonstre a existência de legítimo interesse no seu teor.
- (B) não pode ser acessada, caso o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) é ontologicamente pública, em razão de suas características essenciais, não podendo ser restringido o acesso.
- (D) não pode ser acessada por meio de certidão, extrato ou cópia, ainda que seja apenas parcialmente sigilosa.
- (E) pode ser acessada, independente da demonstração do legítimo interesse de João, caso venha a ser utilizada como prova da prática de ilícito administrativo.

**27**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia celebrou contrato de prestação de serviços com a sociedade empresária Alfa, visando à terceirização de determinado serviço.

Durante o seu cumprimento, o respectivo gestor entendeu que as cláusulas desse contrato se mostravam antieconômicas, de modo que deveria ser modificado o seu regime de execução.

Na situação descrita, à luz do disposto na Resolução ALE/RO nº 593/2024, é correto afirmar que

- (A) o princípio *pacta sunt servanda* obsta a modificação cogitada.
- (B) a alteração é possível desde que não haja modificação de cláusula econômico-financeira do contrato.
- (C) a alteração da cláusula regulamentar pode ser promovida unilateralmente pela Assembleia Legislativa.
- (D) a alteração pressupõe prévia autorização da Advocacia Geral, que permitirá o seu processamento pelo gestor do contrato.
- (E) a alteração pressupõe a existência de acordo com Alfa, cabendo ao gestor propor ao ordenador de despesas a modificação do regime de execução.

**28**

Após regular processo administrativo instaurado no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em que foram observadas as garantias da ampla defesa e do contraditório, constatou-se que o reconhecimento de determinado direito de pessoa natural, bem como os pagamentos dele decorrentes, que vinham sendo realizados em caráter contínuo, há cerca de seis anos, afrontavam a legalidade. Comprovou-se, ainda, que a pessoa natural não concorrera para a consumação da ilegalidade.

Na situação descrita, é correto afirmar que, consoante a sistemática da Lei estadual nº 3.830/2016,

- (A) é possível a invalidação do ato, considerando que o prazo decadencial previsto em lei deve ser contado a partir do último pagamento realizado.
- (B) somente seria possível a invalidação de ato que produz efeitos patrimoniais, como o descrito, caso fosse demonstrada a má-fé da pessoa natural beneficiária.
- (C) não é possível a invalidação do ato, o que decorre do transcurso do prazo decadencial, que deve ser contado a partir da percepção do primeiro pagamento.
- (D) não é possível a invalidação do ato, caso tenha sido ultrapassado o prazo decadencial fixado em lei federal para a cobrança dos créditos da Fazenda Pública.
- (E) é possível a invalidação do ato, independente do tempo decorrido desde a sua prática, em razão da afronta à legalidade, reconhecida em processo administrativo regular.

**29**

Pedro é servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, e foi cedido à Assembleia Legislativa desse mesmo ente federativo.

No curso de suas atividades, requereu a fruição do auxílio de assistência especial ao órgão competente dessa Casa Legislativa, por entender que preencheria os requisitos exigidos.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar nº 731/2013, é correto afirmar que Pedro

- (A) é servidor cedido, logo, não faz jus ao auxílio.
- (B) faz jus, ou não, ao auxílio, conforme o pactuado no acordo de cessão.
- (C) somente faz jus ao auxílio caso seja investido em cargo de chefia ou direção.
- (D) faz jus ao auxílio, mas o ônus financeiro será arcado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.
- (E) somente faz jus ao auxílio caso seja investido em cargo de gerência, chefia, direção e/ou assessoramento.

**30**

Determinado servidor público, ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, praticou conduta tipificada como infração disciplinar na sistemática legal vigente.

Após a realização de investigação preliminar, o referido servidor consultou a autoridade competente em relação à possibilidade de ser celebrado termo de compromisso de ajustamento de conduta. A autoridade competente, com alicerce nos balizamentos oferecidos pela Lei Complementar nº 68/1992, concluiu corretamente que

- (A) é necessário que a infração disciplinar seja punida com repreensão.
- (B) é exigido que a conduta tenha sido praticada apenas com dolo ou culpa, mas não com má-fé.
- (C) preenchidos os requisitos exigidos, o servidor possui direito líquido e certo à celebração do acordo.
- (D) constatada a gravidade da conduta para o serviço, o termo deve conter cláusulas que assegurem consequências desfavoráveis e proporcionais para o servidor.
- (E) é vedada a celebração do termo sugerido caso a conduta, além de violar os princípios que regem a Administração Pública, também configure infração disciplinar.

**31**

Após ampla discussão, o colégio de líderes da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia formou o entendimento e exarou sua deliberação a respeito de determinada temática submetida à sua apreciação.

Na situação descrita, é correto afirmar, segundo o Regimento Interno da Casa Legislativa, que

- (A) a deliberação deve ter sido adotada por consenso.
- (B) o líder do governo teve direito à voz, mas não ao voto.
- (C) os líderes de partidos políticos que participem de bloco parlamentar tiveram direito a voto.
- (D) o colégio foi formado pelos líderes da maioria, da minoria, dos partidos políticos e dos blocos parlamentares.
- (E) os líderes que participam do colégio têm voto igualitário, abstraindo-se a expressão numérica de cada bancada.

**32**

Foram iniciados estudos, no âmbito de determinado órgão da Administração Pública direta do Estado de Rondônia, a respeito da conveniência de contratar uma sociedade empresária para a execução de serviço de engenharia.

Essa sociedade ficaria incumbida de desenvolver tanto o projeto básico como o projeto executivo, considerando a ausência de profissionais com a expertise necessária para a sua elaboração na esfera da Administração Pública.

À luz da sistemática estabelecida no âmbito da Lei nº 14.133/2021, ao fim dos estudos concluiu-se corretamente que

- (A) é possível a realização do objetivo almejado, com a realização da denominada contratação integrada.
- (B) é possível a realização do objetivo almejado, com a realização da denominada contratação semi-integrada.
- (C) não é possível a realização do objetivo almejado, pois, na contratação de serviços de engenharia, não é elaborado o projeto básico, apenas o projeto executivo.
- (D) não é possível que a mesma sociedade empresária seja responsável pela elaboração do projeto básico e do projeto executivo, pois o primeiro condiciona o custo do serviço.
- (E) não é possível a realização do objetivo almejado, pois, na contratação de serviços de engenharia, somente são elaborados o termo de referência e o estudo técnico preliminar.

## História e Geografia de Rondônia

33

*Nas décadas de 1930 e 1940, estimava-se a presença de mais de 80 mil indígenas na região da Amazônia Ocidental correspondente ao atual estado de Rondônia. No médio rio Machado, área central do estado, o etnólogo Claude Lévi-Strauss descreveu a intensa ocupação indígena das margens fluviais, estimando que, caso fosse possível contabilizá-los, o número de indígenas ultrapassaria 50 mil indivíduos, agrupados no que denominou de “Império Kawahib”.*

*Em contraste com esse cenário histórico, dados mais recentes do Censo Demográfico do IBGE (2022) indicam que Rondônia possui 21.153 pessoas indígenas, o que corresponde a aproximadamente a 1,25% da população total do estado, evidenciando a redução demográfica indígena ao longo do século XX.*

Fonte: <https://pib.socioambiental.org> e <https://teoriaedebate.org.br/>

A respeito da questão indígena em Rondônia, nos séculos XX e XXI, assinale a afirmativa correta.

- (A) As viagens etnográficas realizadas na primeira metade do século XX, como as de Edgard Roquette-Pinto e de Claude Lévi-Strauss, indicaram uma elevada presença de grupos indígenas altamente organizados, com estruturas políticas hierárquicas e centralizadas.
- (B) O primeiro ciclo da borracha e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré provocaram intensos impactos sobre os povos indígenas, com conflitos, disseminação de doenças e, em alguns casos, a extinção completa de grupos inteiros.
- (C) A política indigenista, conduzida pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sob liderança de Cândido Mariano da Silva Rondon, teve como princípio central a preservação da autonomia cultural indígena, evitando qualquer forma de integração produtiva ou educacional à sociedade nacional.
- (D) As políticas de ocupação das décadas de 1970-80, associadas à abertura da BR-364 e à construção da hidrelétrica de Samuel, resultaram na ampliação da demarcação das terras indígenas e no consequente incremento demográfico dos povos originários em Rondônia.
- (E) A Constituição Federal de 1988 e a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai) forneceram novos instrumentos legais para a proteção dos direitos dos povos originários e para demarcação das Terras Indígenas, definidas como bens coletivos e alienáveis dos respectivos grupos indígenas.

34

A intervenção portuguesa na região do rio Madeira, a partir de meados do século XVIII, relaciona-se diretamente às transformações na política territorial da Coroa, após a assinatura do Tratado de Madri (1750). Fundamentado no princípio do *uti possidetis*, o tratado vinculava o direito ao território à sua efetiva ocupação, levando Portugal a adotar novas estratégias de afirmação do domínio colonial na Amazônia.

Nesse contexto, a reorientação da política territorial portuguesa materializou-se

- (A) na criação de vilas em antigos aldeamentos indígenas, substituindo a administração temporal exercida pelas ordens religiosas por um aparato jurídico-institucional diretamente subordinado à Coroa.
- (B) na construção de fortificações ao longo do rio Madeira, como o Real Forte Príncipe da Beira, para defesa contra invasões estrangeiras oriundas das Guianas Holandesas e das possessões espanholas.
- (C) no ato régio de 1752, que limitava a navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé a embarcações autorizadas pela Coroa, como medida para fiscalizar a conexão entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capitania do Mato Grosso.
- (D) na restrição pombalina à circulação de pessoas relacionadas à interiorização da colonização, como bandeirantes, pecuaristas do Rio São Francisco, marchantes e mineradores, cujas tropas e embarcações eram obrigadas a passar por postos de controle ao longo do Rio Madeira.
- (E) na instalação de aduanas ao longo do rio Madeira, com a finalidade de taxar a entrada de mercadorias espanholas provenientes das fronteiras hispano-americanas, permitindo o controle do comércio externo e a fiscalização da circulação de produtos oriundos das possessões castelhanas.

35

Em 1937, o golpe liderado pelo então presidente Getúlio Vargas inaugurou o período do Estado Novo, caracterizado pela centralização do poder político e pela reorganização administrativa do território nacional. Na década seguinte, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da valorização estratégica da produção da borracha, o governo Vargas promoveu a criação de territórios federais, entre eles o Território Federal do Guaporé, como parte de uma política de integração e controle de regiões de fronteira.

Com base nesse cenário, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- ( ) A Constituição brasileira de 1934 passou a prever a figura do Território Federal como ente federativo, disposição mantida pela Constituição de 1937, promulgada durante o Estado Novo.
- ( ) O Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou os territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã e Iguaçu.
- ( ) No momento de sua criação, o Território Federal do Guaporé era composto pelos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Lábrea e Alto Madeira.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.



36

A formação histórica do município de Porto Velho está associada a diferentes processos de ocupação, integração territorial e reorganização político-administrativa ocorridos ao longo do século XX. Esses marcos contribuíram para a consolidação do núcleo urbano, para sua centralidade regional e para sua posterior condição de capital do atual estado de Rondônia.

Com base nesse contexto, sobre os marcos históricos que marcaram a formação histórica de Porto Velho, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi decisiva para o surgimento do núcleo populacional de Porto Velho e para a formação de uma população heterogênea, cujas características sociais e culturais marcaram a cidade.
- (B) A instalação das linhas telegráficas pela Comissão Rondon, no início do século XX, ocorreu em paralelo a outros projetos de integração territorial e contribuiu para o surgimento de vilas e povoados em torno dos postos telegráficos, alguns dos quais vieram a se consolidar como núcleos administrativos locais.
- (C) A instituição do município de Porto Velho ocorreu em 1914, por ato legal do governo do estado do Amazonas, ao qual a localidade estava vinculada, até a criação do Território Federal do Guaporé.
- (D) A criação do Território Federal do Guaporé, em 1943, elevou Porto Velho à condição de capital territorial, reforçando a sua centralidade político-administrativa na região.
- (E) A construção da BR-29, atual BR-364, foi responsável pela elevação de Porto Velho a centro logístico de redistribuição dos recursos relacionados aos Projetos Integrados de Colonização (PICs).

37

Observe a tabela a seguir, sobre a Taxa de Crescimento Geométrico (%) da População Brasileira, com destaque para o estado de Rondônia.

Unidade de Federação	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2022
<b>Brasil</b>	<b>2,48</b>	<b>1,93</b>	<b>1,64</b>	<b>1,20</b>	<b>0,50</b>
<b>Rondônia</b>	<b>16,03</b>	<b>7,89</b>	<b>2,22</b>	<b>1,25</b>	<b>0,10</b>
Acre	3,42	3,02	3,26	2,78	1,03
Amazonas	4,12	3,57	3,28	2,16	1,03
Roraima	6,82	9,63	4,54	3,34	2,92
Pará	4,62	3,46	2,52	2,04	0,57
Amapá	4,37	4,66	5,71	3,45	0,76
Tocantins	3,56	2,01	2,58	1,80	0,74
<b>NORTE</b>	<b>5,02</b>	<b>3,85</b>	<b>2,86</b>	<b>2,10</b>	<b>0,70</b>
Maranhão	3,09	2,10	1,63	1,47	0,25
Mato Grosso	6,49	5,79	2,38	1,94	1,57
<b>Amazônia Legal</b>	<b>4,50</b>	<b>3,50</b>	<b>2,50</b>	<b>1,90</b>	<b>0,70</b>

Fonte: IBGE, 2023. Adaptado.

A análise das transformações populacionais em Rondônia, entre 1970 e 2022, evidencia mudanças na dinâmica demográfica e na configuração espacial das cidades, associadas a políticas estatais, fluxos migratórios e reorientações institucionais.

Considerando três períodos de mudança populacional na Amazônia (1970/1991, 1991/2010 e 2010/2022), e especificadamente no caso de Rondônia, assinale a afirmativa correta.

- (A) No período de 1970 a 1991, o crescimento populacional de Rondônia apresentou taxas superiores às do Brasil e da Região Norte, fenômeno resultante, principalmente, da expansão da migração transfronteiriça.
- (B) Entre 1970 e 1980, o expressivo crescimento populacional de Rondônia foi impulsionado pela combinação entre políticas de colonização pública e privada, intensos fluxos migratórios e expansão urbana.
- (C) No período de 1991 a 2010, o crescimento populacional de Rondônia manteve-se acelerado, superando a média nacional, em razão da continuidade da abertura de novas frentes agrícolas e da ausência de políticas de proteção ambiental.
- (D) Entre 2010 e 2022, Rondônia apresentou crescimento populacional superior à média da Região Norte e da Amazônia Legal, consolidando-se como principal polo de atração de mão de obra voltada para os grandes projetos hidroelétricos regionais.
- (E) A acentuada desaceleração do crescimento populacional de Rondônia, a partir da década de 1990, decorreu da ampliação das Unidades de Conservação e da consolidação do agronegócio altamente mecanizado, com consequente redução da demanda por mão de obra no campo, perda de atratividade econômica e retração demográfica contínua até 2022.

38

Analise o mapa a seguir.



Fonte: <https://www.gov.br/floresta/>. Adaptado.

Considerando as informações representadas no mapa e os conhecimentos sobre a organização espacial do estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) As microrregiões de Guajará-Mirim, Porto Velho, Vilhena e Alvorada D'Oeste apresentam as maiores proporções de seus territórios cobertos por florestas, todas com índices superiores a 60%, refletindo a homogeneidade ambiental do estado.
- (B) A baixa cobertura florestal na microrregião de Ji-Paraná está associada ao avanço de sua principal atividade econômica, a agricultura mecanizada voltada à produção de soja e milho.
- (C) A microrregião de Vilhena apresenta baixa cobertura florestal e predomínio de atividades agrícolas mecanizadas, contrastando com microrregiões do norte do estado, onde a presença de florestas é mais expressiva.
- (D) As microrregiões localizadas no eixo da BR-364 mantêm elevada cobertura florestal contínua, com pouca interferência de atividades agropecuárias, em razão das restrições impostas pelo bioma amazônico.
- (E) O mapa evidencia que a cobertura florestal em Rondônia é distribuída entre todas as microrregiões, sendo menor nas microrregiões com maior número de Terras Indígenas: Vilhena, Colorado do Oeste e Cacoal.

39

A realização da COP 30, em 2025, em Belém (PA), trouxe à tona o debate sobre a governança ambiental e a proteção das florestas públicas não destinadas na Amazônia.

Em evento promovido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), representantes do governo rondoniense destacaram desafios como a ocupação irregular dessas áreas, a necessidade de atualização cartográfica e o combate ao crime organizado associado à exploração ilegal.

Considerando o papel institucional da Assembleia Legislativa Estadual, assinale a opção que descreve corretamente uma atribuição sua relacionada à governança e proteção das florestas.

- (A) Aprova o orçamento estadual e os planos plurianuais, possibilitando a alocação de recursos para políticas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- (B) Detém competência para criar, redimensionar ou extinguir Unidades de Uso Sustentável, como parques nacionais ou reservas biológicas.
- (C) Exerce a função de fiscalização dos atos do Poder Judiciário e dos órgãos ambientais, na execução das políticas públicas e no enfrentamento de ilícitos ambientais.
- (D) Pode criar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que investigam possíveis irregularidades na criação ou gestão de reservas ambientais, e criam, alteram ou revogam normas ambientais por ato próprio.
- (E) É responsável pelo licenciamento ambiental estadual, exercendo essa atribuição diretamente por meio de suas comissões permanentes, em articulação com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM).

40

A criação do Estado de Rondônia, por meio da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, marcou a transição do antigo Território Federal para a condição de Unidade Federativa dotada de autonomia política, administrativa e legislativa.

No que se refere à história e à organização do Poder Legislativo em Rondônia, assinale a opção que caracteriza corretamente o Legislativo do recém-criado estado de Rondônia.

- (A) O Poder Legislativo passou a ser exercido por um colegiado bicameral, cujos membros são eleitos por voto universal, direto e secreto.
- (B) A representação parlamentar eleita no âmbito estadual passou a compartilhar suas competências com o Congresso Nacional para editar normas que afetam a esfera federal.
- (C) A constituição de um Poder Legislativo autônomo não se sobrepôs à competência do governador estadual, de editar atos normativos.
- (D) A Assembleia Legislativa passou a exercer função legislativa própria sobre matérias de interesse estadual e concorrente, processo consolidado com a promulgação da Constituição do Estado de Rondônia, em 1989.
- (E) O Poder Legislativo estadual, embora instituído oficialmente, permaneceu condicionado ao regime jurídico dos territórios federais quanto ao controle fronteiriço e à licitação de exploração do subsolo.

## MÓDULO II

### Direito Constitucional e Direito Administrativo

41

No âmbito de determinada comissão permanente da Assembleia Legislativa do Estado Sigma, com atuação na área de saúde, foi deliberado, de forma fundamentada, pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais integrantes da Comissão, a adoção de três medidas:

- I. realização de audiência pública, fora das dependências da Casa Legislativa, para oitiva dos seguimentos sociais interessados;
- II. quebra do sigilo bancário do presidente de autarquia estadual da área de saúde, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde; e
- III. convocação do referido agente para prestar esclarecimentos.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, em relação às três medidas adotadas, é correto afirmar que está(ão) em harmonia com a Ordem Constitucional

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

42

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado Delta, almeja iniciar sua carreira política nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente. No entanto, tem dúvidas se concorreria ao cargo eletivo de Prefeito Municipal ou ao cargo de Vereador, considerando as implicações da posse em um desses cargos para a sua situação funcional e os reflexos no regime próprio de previdência social mantido pelo Estado Delta, no qual está enquadrado.

Após analisar a sistemática constitucional, Pedro concluiu corretamente que

- (A) permanecerá filiado ao regime próprio de previdência social do Estado Delta.
- (B) o tempo em que estiver afastado, no exercício do mandato eletivo, não será computado em sua relação estatutária.
- (C) pode permanecer no exercício das funções afetas ao cargo efetivo caso haja compatibilidade de horário com qualquer dos cargos eletivos indicados.
- (D) o tempo em que estiver afastado, no exercício do cargo eletivo, será computado na relação estatutária para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (E) deve ser afastado do exercício das funções afetas ao cargo efetivo, mas pode optar pela remuneração, deixando de receber aquela afeta a qualquer dos cargos eletivos indicados.

43

O Ministério Público do Estado de Rondônia ingressou com ação de improbidade administrativa em face de João, sob o fundamento de que o referido agente público teria perpetrado, em agosto de 2025, ato ímprobo de natureza dolosa.

Em consulta à legislação de regência, João constatou que, em caso de condenação, estará sujeito às penas de pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida e de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quatro anos. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João praticou ato doloso de improbidade administrativa que

- (A) atenta contra os princípios da Administração Pública e causa prejuízo ao erário.
- (B) causa prejuízo ao erário e importa enriquecimento ilícito.
- (C) atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (D) importa enriquecimento ilícito.
- (E) causa prejuízo ao erário.

44

Matheus, Prefeito do Município *Alfa*, no Estado de Rondônia, pretende celebrar contrato administrativo, envolvendo valores próximos a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por meio do instituto da dispensa de licitação. Nesse contexto, os seus assessores lhe informaram que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) será duplicado para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.
- II. A contratação almejada por Matheus será preferencialmente precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de cinco dias, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.
- III. Celebrado o contrato administrativo pretendido por Matheus, o pagamento somente será efetivado por meio de cartão de débito, cujo extrato poderá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Direito Tributário

45

A Lei nº 1234, do Estado Alfa, dispunha sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, mas não fixou data de vencimento e o índice de atualização do tributo, além de prever autorização genérica para que a Secretaria de Fazenda do Estado – SEFAZ instituisse as obrigações acessórias do tributo.

Com fundamento nessa lei, a Secretaria de Fazenda (SEFAZ) do Estado Alfa editou resolução regulamentando o IPVA, com o seguinte conteúdo:

Artigo 1º - Fixava a data de vencimento do IPVA.

Art. 2º - Atualizava o valor do imposto mediante a aplicação de índice superior ao previsto para a atualização dos tributos federais.

Art. 3º - Instituiu obrigações acessórias aos contribuintes, com base na autorização legal específica.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta, à luz do Princípio da Legalidade tributária.

- (A) Os artigos 1º, 2º e 3º violam o Princípio da Legalidade.
- (B) Os artigos 1º e 3º violam o Princípio da Legalidade.
- (C) Os artigos 1º e 2º violam o Princípio da Legalidade.
- (D) Os artigos 2º e 3º violam o Princípio da Legalidade.
- (E) Somente o artigo 2º viola o Princípio da Legalidade.

46

João foi intimado a pagar crédito tributário, constituído por meio de auto de infração, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Com o objetivo de suspender a exigibilidade desse crédito tributário, João poderá

- (A) requerer a compensação do crédito tributário.
- (B) apresentar impugnação ao auto de infração.
- (C) requerer a anistia do crédito tributário.
- (D) pagar o crédito tributário no vencimento.
- (E) requerer a remissão do crédito tributário.

47

Durante procedimento de fiscalização regularmente instaurado, a Secretaria da Fazenda do Estado Alfa solicitou a um contribuinte pessoa jurídica a apresentação de livros contábeis e documentos fiscais relativos às suas operações comerciais. No curso da fiscalização, um servidor fazendário comentou, em rede social aberta, informações obtidas no exercício de suas funções acerca da situação econômico-financeira da empresa fiscalizada.

À luz da legislação e da jurisprudência, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contribuinte poderia se recusar a apresentar os livros e documentos fiscais, pois a fiscalização viola seu direito à privacidade.
- (B) A conduta do servidor é vedada, pois é proibida a divulgação, por servidores, de informações obtidas em razão do ofício, salvo exceções legais.
- (C) A divulgação das informações é lícita, desde que não envolva dados bancários do contribuinte.
- (D) A Fazenda Pública somente poderia ter acesso aos livros e documentos do contribuinte mediante autorização judicial prévia.
- (E) A divulgação das informações é permitida se realizada fora do ambiente institucional da Administração Tributária.

## Direito Financeiro

48

Com base na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e na prática orçamentária brasileira, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O decreto de programação orçamentária e financeira tem por finalidade compatibilizar a execução da despesa com a efetiva arrecadação das receitas, garantindo o cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- ( ) O contingenciamento consiste na limitação de empenho e de movimentação financeira e deve ser adotado quando, ao longo do exercício, houver risco de não cumprimento das metas fiscais.
- ( ) O decreto de contingenciamento pode atingir indistintamente todas as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual.
- ( ) A limitação de empenho deve observar critérios objetivos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo recair de forma diferenciada entre órgãos, fundos e unidades orçamentárias.
- ( ) A edição do decreto de programação orçamentária e financeira substitui a necessidade de autorização legislativa para abertura de créditos adicionais ao longo do exercício.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – V – F.
- (B) V – F – V – F – V.
- (C) F – V – V – V – F.
- (D) V – V – V – F – V.
- (E) F – F – F – V – V.

49

Considerando os conceitos de receita pública, suas classificações, estágios, bem como as distinções entre fonte de receita e fonte de recursos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A dívida ativa corresponde exclusivamente a tributos lançados e não pagos no mesmo exercício financeiro, não abrangendo créditos de natureza não tributária.
- (B) As contribuições sociais integram a categoria de receitas de capital, pois têm destinação vinculada ao financiamento da seguridade social.
- (C) A origem da receita identifica a procedência do ingresso público, enquanto a fonte de recursos indica a destinação específica da arrecadação no orçamento, especialmente para fins de vinculação e controle da despesa.
- (D) Os estágios da receita pública compreendem previsão, fixação, arrecadação e pagamento, sendo o lançamento aplicável a todas as espécies de receita.
- (E) Tributos e contribuições sociais possuem natureza jurídica idêntica, diferenciando-se apenas quanto à forma de arrecadação e ao ente competente.

50

As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) constituem um dos principais fatores de rigidez do orçamento público e demandam controle rigoroso sob a ótica da responsabilidade fiscal.

Considerando o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, avalie os enunciados a seguir.

- I. Em termos conceituais, conforme o caput do art. 17 da Lei Complementar 101/2000, as DOCCs são despesas correntes identificadas por dois requisitos básicos: a obrigatoriedade de sua execução, ou seja, a disponibilidade orçamentária deve a ela se adequar, e não o contrário; e a continuidade dessa execução obrigatória por um período superior a dois anos. Essa despesa pode ser criada por lei, medida provisória ou mesmo ato administrativo normativo.
- II. O TCU aponta recorrente falta de transparência na identificação das DOCCs criadas por atos administrativos, cujas despesas muitas vezes permanecem diluídas nas classificações orçamentárias existentes.
- III. A criação de DOCC exige compensação por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa, não sendo admitida, para esse fim, a compensação baseada apenas no crescimento econômico.
- IV. A ausência de consolidação e padronização das informações sobre DOCCs compromete o controle fiscal e a avaliação da sustentabilidade das contas públicas.
- V. Desde 2019, o TCU realiza acompanhamento anual da criação de DOCCs e recomendou a publicação periódica de demonstrativo consolidado dessas despesas.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

51

Com base nos Dez Princípios de Governança Orçamentária da OCDE, avalie os enunciados a seguir.

- I. A OCDE recomenda que os orçamentos sejam geridos dentro de limites fiscais claros, críveis e previsíveis, de modo a assegurar a sustentabilidade da política fiscal.
- II. Um dos princípios da OCDE é o alinhamento do orçamento às prioridades estratégicas de médio prazo do governo.
- III. As boas práticas orçamentárias da OCDE desestimulam a transparência, priorizando o uso interno das informações fiscais pelos órgãos governamentais.
- IV. A OCDE recomenda a integração de avaliações de desempenho e de custo-efetividade ao processo orçamentário.
- V. A participação social e o debate público sobre escolhas orçamentárias são considerados irrelevantes pela OCDE, pois comprometem a eficiência decisória.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

## Contabilidade Geral e Pública

52

Em 31/12/2024, uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial: Disponibilidades R\$ 100.000; Capital Social: R\$ 100.000.

Em 02/01/2025, ela adquiriu ações próprias, para mantê-las em tesouraria, por R\$ 22.000. Na data, o valor nominal das ações adquiridas era de R\$ 20.000.

Em 30/12/2025, a sociedade empresária vendeu as ações que estavam em tesouraria por R\$ 25.000.

O efeito patrimonial obtido com a venda foi de

- (A) R\$ 3.000, reconhecido em Reserva de lucros.
- (B) R\$ 3.000, reconhecido em Reserva de capital.
- (C) R\$ 5.000, reconhecido em Reserva de lucros.
- (D) R\$ 5.000, reconhecido em Reserva de capital.
- (E) R\$ 5.000, reconhecido em Lucros acumulados.

53

Em 01/01/2024, uma sociedade empresária que trabalha com consultoria tributária, adquiriu um terreno, que foi destinado a aluguel, por R\$ 800.000. Na data, o imposto de transferência do terreno foi de R\$ 16.000.

O terreno foi inicialmente mensurado pelo custo. No entanto, em 31/12/2024, houve mudança de política contábil e o terreno foi mensurado pelo seu valor justo, de R\$ 830.000.

Em 31/12/2025, o valor justo do terreno foi estimado em R\$ 840.000.

A mudança no valor justo gerou, em 2025, um aumento no

- (A) Resultado, de R\$ 10.000.
- (B) Resultado, de R\$ 24.000.
- (C) Resultado, de R\$ 40.000.
- (D) Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado, de R\$ 10.000.
- (E) Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado, de R\$ 24.000.

54

Uma sociedade empresária vende, no varejo, televisores fabricados na Zona Franca de Manaus com uma cláusula de garantia, segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente em até um ano após a compra. A garantia é coberta pelo fabricante.

Em janeiro de 2026, foi estimado que se fossem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, os custos de reparação seriam de R\$ 200.000, enquanto se fossem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, os custos de reparação seriam de R\$ 500.000. Além disso, foi estimado que, dos produtos vendidos, 25% iriam apresentar defeitos menores e 2% defeitos maiores.

Assinale a opção que indica corretamente o passivo relativo à provisão para garantia apresentado pela sociedade empresária em seu Balanço Patrimonial, em janeiro de 2026.

- (A) R\$ 30.000.
- (B) R\$ 60.000.
- (C) R\$ 129.000.
- (D) R\$ 700.000.
- (E) Não há reconhecimento de provisão para garantia.

55

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial, em 31/12/2025:

- Fornecedores (120 dias): R\$ 70.000;
- Salários a pagar (30 dias): R\$ 80.000;
- Empréstimo (180 dias): R\$ 90.000;
- Disponibilidades: R\$ 180.000;
- Contas a pagar (390 dias): R\$ 260.000;
- Patrimônio Líquido: R\$ 300.000;
- Terrenos: R\$ 620.000.

Na data do Balanço Patrimonial, a sociedade empresária tinha o direito para repactuar o empréstimo por 720 dias adicionais, além do prazo previsto, segundo dispositivo contratual estabelecido por ambas as partes.

Em 31/12/2025, as obrigações de curto prazo representavam a seguinte porcentagem do total das obrigações com terceiros:

- (A) 0,19.
- (B) 0,23.
- (C) 0,30.
- (D) 0,43.
- (E) 0,92.

56

Ao analisar o Balanço Orçamentário de uma entidade do setor público, referente a 2025, um consultor constatou que o superávit financeiro de exercícios anteriores era utilizado para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial de 2024.

Como consequência, o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação de desequilíbrio entre

- (A) as despesas liquidadas e a dotação inicial.
- (B) as receitas realizadas e a sua previsão inicial.
- (C) as despesas empenhas e as despesas pagas.
- (D) a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.
- (E) as despesas realizadas e as despesas pagas.

57

Em 02/01/2025, uma entidade do setor público contraiu um empréstimo para pagamento após quatro anos. O acordo do empréstimo estabelecia um compromisso da entidade em manter um endividamento geral abaixo de 60%. No entanto, este parâmetro não foi cumprido até a data do encerramento do exercício social e, contratualmente, o pagamento da dívida poderia ser exigido pelo credor.

As demonstrações contábeis de 31/12/2025 da entidade tiveram a sua emissão autorizada em 20/01/2026.

Em 10/01/2026, o credor concordou em não exigir o pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso.

No Balanço Patrimonial da entidade, em 31/12/2025, o empréstimo deve ser classificado como

- (A) conta redutora do Passivo Circulante.
- (B) Passivo Circulante.
- (C) conta redutora do Passivo não Circulante.
- (D) Passivo não Circulante.
- (E) não há reconhecimento no Balanço Patrimonial.

58

Um gestor público precisa calcular a receita corrente líquida de diferentes entes públicos, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após somar diferentes tipos naturezas de receitas, o gestor diminuiu a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social quando calculada a receita corrente líquida

- (A) da União
- (B) dos Estados.
- (C) dos Municípios.
- (D) dos Estados e Municípios.
- (E) da União, dos Estados e Municípios.

59

Os gestores de um Município afirmam que a ele é facultado optar por divulgar o seu Relatório de Gestão Fiscal semestralmente.

Em relação ao Município, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, avalie as afirmativas a seguir.

- I. possui população inferior a cinquenta mil habitantes.
- II. não apresenta dívidas mobiliárias.
- III. no período anterior, todos os limites contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal foram respeitados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Auditoria

60

Três equipes de auditoria foram designadas para realizar trabalhos com as seguintes características:

- Equipe A: o cerne do trabalho é apreciação do mérito da política e de seu impacto global de curto prazo.
- Equipe B: o trabalho objetiva determinar se um dado objeto está alinhado com normas aplicáveis identificadas como critérios.
- Equipe C: o trabalho visa à avaliação da economicidade, da eficiência e da efetividade de programas de governo.

Considerando as classificações veiculadas nas Normas Brasileiras de Auditoria Aplicada ao Setor Público, os trabalhos realizados pelas equipes "A", "B" e "C" podem ser classificados, respectivamente, como:

- (A) Auditoria operacional – Auditoria de conformidade – Auditoria operacional.
- (B) Avaliação de políticas públicas – Auditoria de conformidade – Auditoria operacional.
- (C) Avaliação de políticas públicas – Inspeção – Avaliação de políticas públicas.
- (D) Auditoria operacional – Avaliação de políticas públicas – Inspeção.
- (E) Auditoria operacional – Inspeção – Avaliação de políticas públicas.

61

Durante a execução de uma auditoria, a equipe de auditores aplicou procedimentos que subsidiaram a coleta de documentos e informações que fundamentaram a emissão de opinião relativa ao objeto da auditoria.

Esses documentos e informações coletados pela equipe de auditoria devem ser devidamente registrados como

- (A) achados de auditoria.
- (B) critérios.
- (C) evidências.
- (D) situação encontrada.
- (E) condição.

62

A equipe de auditores decidiu utilizar uma técnica de amostragem em um trabalho de auditoria contábil. Ao aplicar testes de controle no objeto de amostra, avaliaram erroneamente que os controles são menos eficazes do que realmente são.

Nesse sentido, considerando que o uso da amostragem pode levar a conclusões com potencial de impactar a eficácia e a eficiência da auditoria, é correto afirmar que o erro de avaliação da equipe pode gerar risco de afetar

- (A) a eficácia da auditoria e a superavaliação da confiabilidade.
- (B) a eficiência da auditoria e a subavaliação da confiabilidade.
- (C) a eficácia da auditoria e a detecção de distorção relevante que não existe.
- (D) a eficiência da auditoria e a não detecção de distorção relevante que de fato existe.
- (E) a eficácia da auditoria e a rejeição incorreta das contas.

## Matemática Financeira e Estatística

63

Uma autarquia estadual obteve aprovação para contrair um empréstimo de R\$ 420.000,00 destinado à reforma de sua sede. O contrato prevê regime de juros compostos com taxa efetiva de 21% ao ano.

A amortização da dívida será feita em duas parcelas semestrais, iguais e consecutivas. Entretanto, devido aos trâmites burocráticos para liberação de fluxo de caixa, ficou acordado que o pagamento da primeira parcela ocorrerá exatamente um ano após a liberação do recurso.

Considerando que a capitalização dos juros deve acompanhar a periodicidade das parcelas, o valor das prestações será de

- (A) R\$ 231.000,00.
- (B) R\$ 242.000,00.
- (C) R\$ 254.100,00.
- (D) R\$ 266.200,00.
- (E) R\$ 279.510,00.

64

Uma empresa pública de infraestrutura obteve um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 600.000,00 para modernização de seu parque tecnológico. O contrato foi firmado com base no Sistema de Amortização Constante (SAC), com as seguintes condições:

- Taxa de juros: 2% ao mês.
- Prazo total: 100 meses.
- Início do pagamento: 30 dias após a liberação do recurso (sem carência).

Após pagar pontualmente todas as prestações mensais durante dois anos e meio, o diretor financeiro solicitou ao seu assessor uma previsão do valor exato da trigésima primeira prestação.

O valor dessa prestação é de

- (A) R\$ 10.200,00.
- (B) R\$ 14.400,00.
- (C) R\$ 14.520,00.
- (D) R\$ 16.400,00.
- (E) R\$ 18.000,00.

65

Uma consultoria legislativa utiliza um modelo estatístico para prever o impacto fiscal de emendas parlamentares. O modelo assume que a divergência entre o valor previsto e o valor real segue uma Distribuição Normal com média igual a zero.

Sabe-se que a probabilidade de a divergência se situar no intervalo entre a média e um valor positivo  $k$  é de aproximadamente 34%.

A probabilidade de a divergência apresentar um valor estritamente superior a  $2k$  é de, aproximadamente,

- (A) 2,5%.
- (B) 5,0%.
- (C) 13,5%.
- (D) 16,0%.
- (E) 47,5%.

66

Uma comissão de avaliação de políticas públicas analisa a continuidade de um programa de auxílio emergencial para uma população específica. A legislação vigente determina que o benefício deve ser descontinuado caso haja evidência estatística de que a renda média mensal da população beneficiada superou R\$ 800,00, indicando uma recuperação econômica.

Para verificar tal condição, uma auditoria realizou um levantamento com uma amostra aleatória simples de 100 beneficiários, apurando uma renda média amostral de R\$ 824,00. Sabe-se, por estudos demográficos prévios, que o desvio padrão populacional da renda é de R\$ 120,00.

Considerando um nível de significância de 1% para o teste de hipótese unilateral à direita, e sabendo que o valor crítico da distribuição Normal Padrão para este nível é de aproximadamente 2,33, assinale a alternativa que apresenta a conclusão estatística correta e a recomendação coerente a ser dada pela auditoria à comissão.

- (A) A média amostral observada é R\$ 824,00, superior ao limite de R\$ 800,00 estabelecido pela legislação. Há evidência estatística suficiente para rejeitar a hipótese nula. Conclui-se que a renda da população aumentou e que o benefício deve ser suspenso.
- (B) O valor da estatística de teste é  $Z = 2,00$ . Como este valor é inferior ao crítico, não há evidência estatística suficiente para se rejeitar a hipótese nula, ao nível de 1%. Recomenda-se a manutenção do benefício.
- (C) O valor da estatística de teste é  $Z = 0,20$ . Como esse valor é extremamente baixo em comparação ao crítico, há evidência estatística suficiente para aceitar a hipótese alternativa, ao nível de 1%. Recomenda-se a suspensão do benefício.
- (D) O valor da estatística de teste é  $Z = 2,00$ . Como esse valor é inferior ao crítico, há evidência estatística suficiente para se rejeitar a hipótese nula, ao nível de 1%, visto que qualquer resultado positivo indica crescimento da renda. Portanto, a média populacional é estatisticamente igual a R\$ 824,00. Recomenda-se a suspensão do benefício.
- (E) O valor da estatística de teste é  $Z = 2,40$ . Como esse valor é superior ao valor crítico, há evidência estatística para se rejeitar a hipótese nula, ao nível de 1%. Recomenda-se a manutenção do benefício.

## Economia

67

Em um mercado competitivo de bicicletas elétricas, consideradas um bem normal.

Suponha que ocorra, simultaneamente:

- (i) um aumento da renda dos consumidores; e
- (ii) uma redução significativa no custo das baterias usadas na produção das bicicletas.

Considerando o modelo padrão de oferta e procura, assinale a afirmativa correta sobre o novo equilíbrio de mercado.

- (A) O preço de equilíbrio certamente aumentará e a quantidade de equilíbrio certamente diminuirá.
- (B) O preço de equilíbrio certamente diminuirá, mas o efeito sobre a quantidade de equilíbrio é indeterminado.
- (C) A quantidade de equilíbrio certamente aumentará, mas o efeito sobre o preço de equilíbrio é indeterminado.
- (D) Tanto o preço de equilíbrio quanto a quantidade de equilíbrio certamente aumentarão.
- (E) Tanto o preço de equilíbrio quanto a quantidade de equilíbrio certamente diminuirão.

68

A respeito da política monetária e do papel do Banco Central (BC), assinale a afirmativa correta.

- (A) A política monetária é conduzida pelo Ministério da Fazenda, que define a taxa básica de juros e a meta de inflação com o objetivo de controlar a base monetária e a taxa de câmbio.
- (B) A política monetária é o conjunto de ações do BC voltadas a controlar a quantidade de moeda e as taxas de juros, visando principalmente a estabilidade de preços na economia.
- (C) A política monetária é uma responsabilidade dos bancos comerciais, que decidem a taxa básica de juros de acordo com sua necessidade de liquidez diária.
- (D) O BC não interfere na oferta de moeda, cabendo essa função apenas ao Tesouro Nacional por meio da emissão de títulos públicos.
- (E) O objetivo central da política monetária é garantir que não haja oscilações na taxa de câmbio, independentemente do comportamento da inflação.

69

Sobre a atuação do setor público em economias de mercado, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Em presença de bens públicos puros, caracterizados pela não-rivalidade e não-exclusão, a atuação do mercado competitivo tende à suboferta desses bens devido ao problema do "carona", o que justifica a função alocativa do governo.
- ( ) A função distributiva do Estado é realizada principalmente por meio da política monetária, conduzida pelo Banco Central, que altera a taxa de juros para promover redistribuição de renda entre grupos sociais.
- ( ) Em uma economia perfeitamente competitiva, sem externalidades, bens públicos, poder de mercado ou assimetrias de informação, a intervenção governamental via controle de preços (tabelamento máximo ou mínimo) tende a gerar perda de eficiência em relação ao equilíbrio de mercado descentralizado.
- ( ) A adoção de impostos progressivos e transferências focalizadas para reduzir a desigualdade de renda ilustra a função distributiva do Estado, mas a teoria da economia do setor público demonstra que tais políticas são sempre ineficientes do ponto de vista do bem-estar social.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) F – F – F – F.
- (C) F – V – V – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – F – V – V.



## Administração Financeira e Orçamentária

**70**

Considerando os Princípios Orçamentários previstos na Lei nº 4.320/64 e na CF/1988, é correto afirmar que

- (A) visando a consecução do bem-estar social, o Orçamento deve ser descentralizado e plural, por órgãos, e de forma coerente com as diferentes demandas setoriais.
- (B) o Orçamento Público deve compreender todas as receitas correntes e de capital, excetuadas as de Operações de Crédito já aprovadas em Lei.
- (C) o Princípio da Totalidade, ampliação do Princípio da Unidade pela Doutrina, possibilita a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se assim uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas.
- (D) o exemplo concreto do Princípio da Pluralidade do orçamento se consubstancia na segregação dos orçamentos fiscal, da seguridade social e das estatais.
- (E) a Lei Orçamentária Anual os orçamentos fiscais da União, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta e de todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, possua participação no capital social com direito a voto.

**71**

Considere uma situação hipotética na qual determinado governador de um Estado Alfa resolve criar um Fundo de Inovação para estimular a entrada de empresas e o desenvolvimento na área de Tecnologia da Informação (T.I.).

A fim de viabilizar sua ideia, demanda que a Secretaria de Fazenda seja a responsável pela gestão do Fundo, e que sugere que os recursos sejam obtidos a partir de um percentual fixo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) arrecadados no Estado Alfa.

Com base no referido contexto, é correto afirmar que a ideia do governador

- (A) é inovadora, respeita os princípios orçamentários e, portanto, se mostra viável em termos legais e orçamentários.
- (B) fere o Princípio da Universalidade, por beneficiar um único setor econômico, o de Inovação.
- (C) fere o Princípio da Unidade, por beneficiar um único setor econômico, o de Inovação.
- (D) extrapola a competência tributária do Estado Alfa, quando sugere vincular a receita à arrecadação do Imposto de Renda, cuja competência é da União.
- (E) fere o princípio da Não-Afetação que prevê que a receita de impostos não pode ser vinculada a despesas específicas.

**72**

No que concerne às leis e ao processo legislativo do Orçamento Público no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

- I. Trata do planejamento de governo, envolvendo as principais diretrizes e metas da administração pública federal. Deve ter o envio ao Poder Legislativo feito até o dia 31 de agosto do início do mandato, possuindo vigência a partir do 2º ano do mandato presidencial até o 1º ano do subsequente.
- II. Proposta de Lei encaminhada anualmente ao Congresso até 15 de abril e sua função é fixar as prioridades do governo federal.
- III. Seu papel é estimar a receita e fixar a despesa para o ano seguinte, ou seja, demonstra de qual modo o governo irá arrecadar e gastar os recursos públicos.

As afirmativas se referem, respectivamente,

- (A) à Lei Orçamentária Anual (LOA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA).
- (B) ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) à Lei Orçamentária Anual (LOA), ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (D) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (E) ao Plano Plurianual (PPA), à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

**73**

Um dos grandes desafios das administrações públicas no Brasil é conter o custeio do setor público. Para tanto, costuma-se definir indicadores com limites para o dispêndio ponderados pela Receita Corrente Líquida (RCL) ou pela Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT).

Com base no exposto, e entendendo que conservador é um gestor que define metas de dispêndio que minimizam a chance de extrapolar um limite legal, um indicador que busca controlar o gasto público será mais conservador se

- (A) definir metas com base na despesa paga, pois só considera o desembolso efetivo do caixa.
- (B) definir metas com base na despesa liquidada, pois considera apenas o que já foi entregue/prestado.
- (C) definir metas com base na despesa empenhada, pois registra desde cedo a obrigação assumida, reduzindo o risco de exceder o limite.
- (D) definir metas com base na despesa autorizada (dotação inicial), pois reflete o planejamento aprovado na LOA.
- (E) definir metas com base na arrecadação realizada, pois o gasto deve sempre seguir a receita do mês.

**74**

Os Créditos Adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Acerca desse instituto, que engloba diferentes espécies, associe os créditos a seguir a suas respectivas situações:

1. Créditos Suplementares
  2. Créditos Especiais
  3. Créditos Extraordinários
  4. Créditos Adicionais
- ( ) Situação na qual o gestor necessita ampliar a dotação orçamentária pré-definida para área da Saúde.
- ( ) Durante a pandemia diversos gestores precisaram ampliar os recursos disponíveis para garantir o atendimento ao público.
- ( ) Em determinado Estado, não foi realizada qualquer previsão de dotação para um Programa de Governo considerado de extrema importância para gestão.
- ( ) Servem para possíveis exigências de adaptações e ajustes por situações subdimensionadas ou imprevistas no processo de Execução Orçamentária.

Assinale a opção que indica a associação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.  
 (B) 2 – 3 – 1 – 4.  
 (C) 4 – 3 – 1 – 2  
 (D) 4 – 2 – 3 – 1.  
 (E) 1 – 2 – 3 – 4.

**75**

No processo de Execução do orçamento, para garantir o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público podem promover, por ato próprio e nos montantes necessários,

- (A) o aumento das alíquotas dos impostos que compõem suas receitas próprias.
- (B) a anulação de liquidações ou a postergação de pagamentos.
- (C) o cancelamento de empenhos até que a despesa ajuste a meta de resultado primário.
- (D) a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (E) a anulação de liquidações e de seus respectivos empenhos até a equalização das metas preestabelecidas.

**76**

A seção II do capítulo III da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata da Renúncia de Receita, que é o que os órgãos de controle monitoram como gasto tributário.

Acerca desse instituto, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária poderá ser feita a qualquer tempo, desde que não implique renúncia de receita para o orçamento vigente.
- ( ) Além de atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a vigência de um incentivo fiscal e nos dois exercícios seguintes, são requisitos exigidos para concessão da renúncia de receita.
- ( ) A elevação de alíquotas dos tributos vigentes, a ampliação da base de cálculo, ou ainda a majoração ou criação de imposto ou contribuição são exemplos de medidas de compensação que podem justificar o gasto tributário advindo de incentivos fiscais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.  
 (B) V – F – V.  
 (C) F – F – V.  
 (D) V – V – F.  
 (E) F – F – F.

**77**

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Gestor Público que adota uma política de isenção tributária para famílias de baixa renda, deixando de cobrar um tributo que é de sua competência constitucional.
- II. Gestor Público que não implementa qualquer mecanismo ou setor responsável pela cobrança da Dívida Ativa.
- III. Gestor público que institui os tributos de sua competência e os arrecada, mesmo sem realizar a previsão de receitas de todos os tributos na sua competência constitucional.

Em relação ao exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas três situações há elementos para crime de irresponsabilidade na gestão fiscal.
- (B) Em I e II há elementos de irregularidade na gestão fiscal, mas em III a ausência de previsão não compromete a gestão.
- (C) Apenas em I há elementos de irregularidade na gestão fiscal.
- (D) Apenas em II há elementos de irregularidade na gestão fiscal.
- (E) Em nenhum dos casos há elementos de irregularidade na gestão fiscal.

78

Com base na Lei Complementar nº 101/2000, associe as definições adequadas a cada conceito a seguir.

1. Dívida Fundada
  2. Dívida Mobiliária
  3. Operação de Crédito
  4. Concessão de Garantia
- ( ) Representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- ( ) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- ( ) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, ou recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços.
- ( ) Montante de obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios, entre outros, para amortização em prazo superior a doze meses.

Assinale a opção que indica a associação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 2 – 1 – 3 – 4.
- (C) 2 – 4 – 1 – 3.
- (D) 1 – 4 – 3 – 2.
- (E) 2 – 4 – 3 – 1.

79

O setor público subnacional pode auferir renda através da arrecadação de impostos que são de sua competência, de obrigações constitucionais que preveem o repasse de recursos de outras esferas, mas também de rendas geradas pelo seu patrimônio, que podem ou não advir da venda ou alienação de bens.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) No caso da venda de um banco público, a receita obtida a partir da venda, em regra, deve ser registrada como Receita Capital.
- (B) A renda de alugueis de bens públicos, de arrendamentos e participações estatais em empresas são exemplos de receita de capital do setor público.
- (C) O Fundo de Participação dos Municípios é um exemplo de Receita Corrente às cidades brasileiras que decorre de impostos de competência da União.
- (D) Para os municípios, a cota-parte do ICMS é exemplo de Receita de Transferências Correntes que decorre da arrecadação estadual.
- (E) A Dívida Ativa é outra importante fonte de receita própria dos municípios.

80

O capítulo IX da Lei Complementar nº 101/2000 trata da transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal do setor público.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- (B) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) deve ser publicado apenas trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre com a eventual frustração de receitas e medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar.
- (C) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre com a eventual frustração de receitas e medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar.
- (D) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) apresenta demonstrativos da apuração da Receita Corrente Líquida (RCL), sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício, além dos resultados nominal e primário.
- (E) Atos como a limitação de empenho ou o registro de frustração de receitas, muito embora utilizados pelos gestores públicos, não encontram previsão legal nos Relatórios de Gestão Fiscal ou de Execução Orçamentária.

## PROVA DISCURSIVA

---

### Questão 1

Um consultor deseja avaliar a situação patrimonial de uma entidade. A entidade apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial em 01/01/2026:

- Fornecedores: R\$ 20.000;
- Disponibilidades: R\$ 40.000;
- Terreno destinado ao uso em sua atividade fim: R\$ 500.000;
- Capital Social: R\$ 520.000.

Em janeiro de 2026, aconteceram os seguintes fatos:

- Pagamento da dívida com fornecedores.
- Reconhecimento de provisão para contingências de R\$ 30.000. Estima-se que caso será julgado em dois anos.
- Recebimento de R\$ 150.000 referentes a empréstimo bancário para pagamento após três anos. Os juros mensais, de R\$ 500, serão reconhecidos a partir de fevereiro.
- Reconhecimento de receita com a prestação de serviços de R\$ 400.000. Metade do valor foi recebida em janeiro e o restante deverá ser recebido em três meses. A entidade estima inadimplência de 4%. Os custos diretamente relacionados à prestação de serviços foram de R\$ 80.000, pagos à vista.
- Reconhecimento de despesas gerais, de R\$ 140.000, com pagamento previsto para 45 dias.

O consultor deseja escrever um parecer sobre a situação da entidade em janeiro de 2026, por meio da análise contábil.

1. Para isso, determine, em 31/01/2026:
  - a) Os indicadores de liquidez imediata, corrente e geral.
  - b) Os indicadores de endividamento geral e de imobilização do patrimônio líquido.
2. Explique a situação financeira da entidade, a partir dos indicadores calculados. Aborde a capacidade de pagamento de suas obrigações com terceiros, no curto e no longo prazo, o financiamento de seu ativo e a imobilização de seu patrimônio líquido.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

**Questão 2**

Considere o desafio dos gestores públicos dos governos subnacionais em elevar a autonomia financeira do setor público e as potenciais estratégias para consecução deste objetivo. Especificamente, considere um governador que, nessa linha, propõe a criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e a venda de um banco público do seu estado para o setor privado. Segundo o gestor, os recursos aportados no FDE seriam providos a partir de percentuais fixos da arrecadação própria dos impostos estaduais e a receita advinda da venda do banco teria duas finalidades:

- i) complementar o aporte inicial de investimento público; e
- ii) ser utilizada no equilíbrio do resultado corrente, com a quitação obrigações de custeio da máquina pública.

**Aponte, se houver, os aspectos positivos e negativos dessa estratégia do gestor, a viabilidade e a adequação à LRF e à Lei 4.320/64.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20

Realização

